

**CADERNO DE ENCARGOS**  
**073-DCP-2024**  
**AQUISIÇÃO DE LEITE ESCOLAR**

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto.....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato.....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Duração do contrato.....	4
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>4</b>
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.....	4
<i>Subsecção I - Disposições gerais.....</i>	<i>4</i>
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Obrigações principais do fornecedor .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Conformidade e operacionalidade dos bens .....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Fatura Eletrónica.....	5
<i>Subsecção II - Dever de sigilo .....</i>	<i>5</i>
Cláusula 7. <sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Proteção de dados .....	6
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO <i>MUNICÍPIO DE ALCOBÇA</i> .....	6
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Preço contratual.....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Preço base.....	7
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Faturação .....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Condições de pagamento .....	7
<b>CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS.....</b>	<b>8</b>
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Garantia de cumprimento contratual .....	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Seguros .....	8
<b>CAPÍTULO IV – GESTÃO DO CONTRATO.....</b>	<b>8</b>
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Supervisão e controlo .....	8
Cláusula 16. <sup>a</sup> – Funções do gestor do contrato .....	9
<b>CAPÍTULO V – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL .....</b>	<b>10</b>
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	10
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	10
<b>CAPÍTULO VI – RESOLUÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Resolução por parte do Município de Alcobça .....	11
Cláusula 20. <sup>a</sup> - Resolução por parte do adjudicatário .....	11
<b>CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>12</b>
Cláusula 21. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações .....	12
Cláusula 22. <sup>a</sup> Contagem dos prazos .....	12
Cláusula 23. <sup>a</sup> - Legislação aplicável .....	12
<b>ANEXO A- REQUISITOS TÉCNICOS.....</b>	<b>13</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Bens a fornecer .....	13
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Entrega dos bens objeto do contrato.....	15
<b>ANEXO A.1 – PREVISÃO DE FORNECIMENTO MENSAL, PARA LOTE 1 (VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS).....</b>	<b>16</b>
<b>ANEXO A.2 – PREVISÃO DE FORNECIMENTO MENSAL, PARA LOTE 2 (VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS).....</b>	<b>19</b>

---

**CADERNO DE ENCARGOS**  
**073-DCP-2024**  
**AQUISIÇÃO DE LEITE ESCOLAR**

**Capítulo I - Disposições gerais**

**Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto**

O presente concurso tem por objeto principal **o fornecimento de leite no Pré-escolar e 1.º ciclo, durante o ano letivo 2024/2025, de acordo com os seguintes lotes:**

- **LOTE 1 – Leite escolar ao abrigo do Regime Escolar (Regulamento (EU) n.º 2017/39); e**
- **LOTE 2 – Distribuição adicional de leite.**

**Cláusula 2.<sup>a</sup> - Contrato**

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

---

### **Cláusula 3.<sup>a</sup> – Duração do contrato**

**O contrato entra em vigor após adjudicação e mantém-se em vigor nos seguintes termos por lote:**

- **LOTE 1 – Leite escolar ao abrigo do Regime Escolar (Regulamento (EU) n.º 2017/39) - período máximo de 30 semanas de fornecimento financiado, no ano letivo 2024/2025; e**
- **LOTE 2 – Distribuição adicional de leite - período máximo previsto de 40 semanas de fornecimento no ano letivo 2024/2025.**

## **Capítulo II - Obrigações contratuais**

### **Secção I -Obrigações do fornecedor**

#### **Subsecção I - Disposições gerais**

### **Cláusula 4.<sup>a</sup> - Obrigações principais do fornecedor**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens conforme condições apresentadas na sua proposta; e
- b) Obrigação de garantia de qualidade dos bens.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup> - Conformidade e operacionalidade dos bens**

1 — O fornecedor obriga-se a entregar ao Município de Alcobça os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo A ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2 — Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 — O fornecedor é responsável perante *Município de Alcobaca* por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

### **Cláusula 6<sup>a</sup> – Fatura Eletrónica**

1 — O cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução deste contrato público, conforme artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).

2 – O Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na sua atual redação define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

3 – A faturação eletrónica é obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2021, estando este prazo alargado até 31 de dezembro de 2024 para as micro, pequenas e médias empresas, nos termos do disposto na Lei 82/2023 de 29 de dezembro.

4 - Para assegurar o cumprimento dos prazos referidos no número anterior devem os cocontratantes desenvolver as atividades conducentes à implementação da fatura eletrónica nos contratos públicos, com vista a acelerar os prazos de conferência e pagamento pelos contraentes públicos.

### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo**

1 — O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao *Município de Alcobaca*, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### Cláusula 8.<sup>a</sup> – Proteção de dados

1 — O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “*o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados*”, e “*o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito*”.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 – Nos termos da Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro, a publicitação do contrato, é feita no portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

## Secção II - Obrigações do Município de Alcobça

### Cláusula 9.<sup>a</sup> - Preço contratual

1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o *Município de Alcobça* deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, **transporte e distribuição**, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 – Poderá haver lugar a revisão de preços durante a execução do contrato com base nas taxas de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) acedível através do link [https://www.ine.pt/ine/ipc/ipc\\_b\\_novo.jsp?opc1=05|A](https://www.ine.pt/ine/ipc/ipc_b_novo.jsp?opc1=05|A).

4 – A possibilidade de revisão de preços a que se refere o ponto anterior é apenas aplicável se o cocontratante apresentar um pedido fundamentado de situação que ponha em causa a garantia de custos, com respetivos comprovativos que inviabilizam a continuidade da execução

do contrato. Esta notificação deve ser comunicada aquando da ocorrência que efetiva a inviabilidade de continuação do contrato.

5 – Para efeitos de decisão, a entidade contratante só se pronunciará face a evidências e comprovativos do aumento dos custos entre a data da apresentação da proposta enquanto concorrente e a data da ocorrência que inviabiliza a execução do contrato.

6 – A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a eventual modificação contratual no prazo de 30 dias úteis após notificação do adjudicatário, conforme pontos anteriores.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Preço base**

**1 - O preço base global de contrato definido nos termos do artigo 47.º do CCP é de €200.964,00+IVA, distribuído pelos seguintes lotes:**

- **LOTE 1 – Leite escolar ao abrigo do Regime Escolar (Regulamento (EU) n.º 2017/39) – preço base de €30.144,60+IVA; e**
- **LOTE 2 – Distribuição adicional de leite - preço base de €170.819,40+IVA.**

2 – O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobaca, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, **transporte e distribuição**, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais e inclui ainda as taxas obrigatórias.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - Faturação**

1 - A faturação deverá ser efetuada, por entrega, separada por lote e de acordo com a(s) requisição(ões), correspondendo a uma fatura detalhada (com discriminação das quantidades, tipologias de leite e estabelecimentos de ensino - em unidades, e preço unitário dos produtos) para cada lote que terá de ser detalhada.

2 – As faturas emitidas ao abrigo do LOTE 1 deste procedimento devem apresentar a indicação "Ao abrigo do Regime de Fruta e Leite Escolar – regulamento (EU) nº 2017/39.

3 – Todas as faturas terão de ser validadas pela Divisão da Felicidade, Saúde e Bem-Estar.

### **Cláusula 12.<sup>a</sup> - Condições de pagamento**

1 – As quantias devidas pelo Município de Alcobaca devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobaca das respetivas faturas, as quais devem ser emitidas, nos

termos da cláusula anterior, após o vencimento das obrigações respetivas, e devem fazer sempre referência aos n.ºs de compromisso processo e requisição externa.

2 — Para o efeito do número anterior, considera-se vencida a obrigação com a entrega dos bens objeto do contrato.

3 — Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobaca, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

## **Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros**

### **Cláusula 13.ª - Garantia de cumprimento contratual**

1 — Não é exigida a prestação de caução.

2 — O Município pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

### **Cláusula 14.ª – Seguros**

1 — É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de um contrato de seguro, da atividade que exerce.

2 — O Município de Alcobaca pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 1 dia útil.

## **Capítulo IV – Gestão do contrato**

### **Cláusula 15.ª – Supervisão e controlo**

1 — O Município de Alcobaca designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A do CCP, Joana Rita Valentim Nogueira Marques, substituída nas suas faltas e impedimentos por



Ana Filipa Vicente Ramos Santos Pereira, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objeto do contrato.

3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 — O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 — Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup> – Funções do gestor do contrato**

1 - O gestor do contrato deve:

- a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;
- b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
- c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
- d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.

2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e
- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

## **Capítulo V – Cessão da posição contratual**

### **Cláusula 17.<sup>a</sup> – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante**

- 1 - A subcontratação e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação, relativos ao potencial cessionário, que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.
- 3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que foram exigidos, ao subcontratante, na fase de formação do contrato.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup> – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

- 1 - Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré -contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.
- 2 - Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré -contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
- 3 — A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré -contratual original.

4 — A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

5 — Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem -se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6 — As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7 — Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8 — A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

## **Capítulo VI – Resolução do contrato**

### **Cláusula 19.ª - Resolução por parte do Município de Alcobça**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcobça pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a cinco dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- b) Fornecimento de bens com características técnicas diferentes.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

### **Cláusula 20.ª - Resolução por parte do adjudicatário**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobça, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Capítulo VII - Disposições finais**

### **Cláusula 21.ª - Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 22.ª Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 23.ª - Legislação aplicável**

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

3 - As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

## ANEXO A- Requisitos Técnicos

### Cláusula 1.<sup>a</sup> – Bens a fornecer

1 – O presente contrato tem por objeto principal a aquisição de leite escolar nas EB1 e Jardins de Infância, durante o ano letivo 2024/2025, com os seguintes requisitos:

#### **1.1 - LOTE 1 – Leite escolar ao abrigo do Regime Escolar (Regulamento (EU) n.º 2017/39)**

- Compreende a distribuição de leite no âmbito do projeto "Regime escolar (Portaria nº37/2024, de 01 de fevereiro, que institui o regime escolar previsto no REG. (CE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro, na redação dada pelo Reg. (EU) n.º 2016/791, do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de maio", a todos os alunos do Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, correspondendo à parte financiada de **1 distribuição semanal durante 30 semanas**;
- O regime escolar (neste caso a distribuição de leite e produtos lácteos) é aplicável aos estabelecimentos de ensino público dos agrupamentos de escolas abrangendo os alunos que frequentam o Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
- São elegíveis, no âmbito da ajuda prevista Leite de consumo do código NC 0401 (previsto na alínea c) do ponto III da parte IV do anexo VII do regulamento (EU) 1308/2013, do parlamento Europeu e do conselho, de 17 de dezembro) ou as suas variantes sem lactose;
- Leite de consumo do código NC 0401 – Leite parcialmente desnatado ou leite meio-gordo, leite tratado termicamente cujo teor de matéria gorda tenha sido reduzido para um valor compreendido entre mínimo de 1,50% (m/m) e um máximo de 1,80% (m/m), ou as suas variantes sem lactose.
- Os produtos devem ser transportados de modo a manter as suas condições higeno-sanitárias;
- Só serão aceites embalagens fechadas, limpas e rotuladas com as menções escritas exigidas legalmente;
- Qualquer tipo de deficiência de ordem sanitária ou de processamento tecnológico, que leve a rejeições, serão da responsabilidade do fornecedor;
- Os materiais de acondicionamento e de embalagem devem obedecer a todas as regras de higiene e serem perfeitamente inócuos;
- Só serão aceites produtos que apresentem as características organoléticas adequadas;

- Todos os leites solicitados deverão ser entregues com um prazo mínimo de validade de 4 meses.
- Prazo de validade ultrapassado ou insuficiente e limpeza deficiente serão motivos de recusa das matérias-primas;
- A empresa fornecedora deverá ter implementado um sistema de autocontrolo – HACCP;

### **1.2 - LOTE 2 – Distribuição adicional de leite**

- Este fornecimento complementa o regime de fornecimento de leite no Pré-escolar e 1.º ciclo ao abrigo do Regime Escolar – Regulamento (EU) n.º 2017/39 (LOTE 1).
- Compreende o alargamento da medida de distribuição de leite escolar para mais quatro embalagens por aluno, suportada pelo Município, garantindo assim distribuição de leite a todos os alunos do Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico durante 5 dias da semana, durante todo o ano letivo e acrescenta a estimativa máxima de mais 10 semanas (num total máximo estimado de 40 semanas de distribuição)
- É aplicável aos estabelecimentos de ensino público dos agrupamentos de escolas abrangendo os alunos que frequentam o Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
- Leite de consumo do código NC 0401 – Leite parcialmente desnatado ou leite meio-gordo, leite tratado termicamente cujo teor de matéria gorda tenha sido reduzido para um valor compreendido entre mínimo de 1,50% (m/m) e um máximo de 1,80% (m/m), ou as suas variantes sem lactose.
- Os produtos devem ser transportados de modo a manter as suas condições higieno-sanitárias;
- Só serão aceites embalagens fechadas, limpas e rotuladas com as menções escritas exigidas legalmente;
- Qualquer tipo de deficiência de ordem sanitária ou de processamento tecnológico, que leve a rejeições, serão da responsabilidade do fornecedor;
- Os materiais de acondicionamento e de embalagem devem obedecer a todas as regras de higiene e serem perfeitamente inócuos;
- Só serão aceites produtos que apresentem as características organoléticas adequadas;
- Todos os leites solicitados deverão ser entregues com um prazo mínimo de validade de 4 meses.
- Prazo de validade ultrapassado ou insuficiente e limpeza deficiente serão motivos de recusa das matérias-primas;
- A empresa fornecedora deverá ter implementado um sistema de autocontrolo – HACCP.

## Cláusula 2.<sup>a</sup> - Entrega dos bens objeto do contrato

1 — O fornecedor deverá proceder à entrega dos produtos, de acordo com os requisitos técnicos estabelecidos na cláusula 1.<sup>a</sup> do Anexo A deste caderno de encargos, nos estabelecimentos escolares e de acordo com a requisição, devendo disponibilizar via e-mail (joana.marques@cm-alcobaca.pt), ao coordenador da implementação do Regime Escolar no Município, cópia das guias de remessa referentes à entrega de leite e produtos lácteos em cada uma das escolas e jardins de infância.

2 — As guias de remessa entregues pelo fornecedor, deverão ter a quantidade de leite e produtos lácteos discriminada em unidades/pacotes (0.2 a 0.25l) entregues e cada escola.

3- As entregas devem respeitar as **quantidades, prazos e locais indicados** nas respetivas requisições.

4 - As entregas no local devem ser feitas **dentro do recinto da escola**, o mais próximo do local onde será armazenado, devendo ser utilizados os meios apropriados para o efeito.

5 – As entregas só podem ser feitas mediante a presença de um responsável da escola para a sua receção.

6 - As entregas têm de ser feitas dentro do horário e calendário escolar (entre as 9h00 e as 17h00) com confirmação dos bens e quantidades solicitadas por parte do responsável da escola e pelo responsável do cocontratante, com **evidência dessa conferência nas guias por ambos os responsáveis.**

## ANEXO A.1 – Previsão de fornecimento mensal, para LOTE 1 (valores máximos estimados)

				LOTE 1			
				Previsão Valor Mensal (30 semanas)		Previsão Valor 30 semanas	
Escolas		Nº máx. alunos	Morada	Leite Simples	Leite S/Lactose	Leite Simples	Leite S/Lactose
<b>S. Martinho do Porto</b>	JI Alfeizerão	30	Rua João de Deus - 2460-105 Alfeizerão	80	40	600	300
	EB1 Alfeizerão	150	Rua João de Deus - 2460-105 Alfeizerão	416	184	3120	1380
	JI Centro Escolar da Cela	25	Rua da Cruz 2460-342 Cela	68	32	510	240
	EB1 Centro Escolar da Cela	80	Rua da Cruz - 2460-342 Cela	224	96	1680	720
	EB1 São Martinho do Porto	125	R. Dr. Rafael Gagliardini Graça - 2460-648 São Martinho do Porto	348	152	2610	1140
<b>Agrupamento de cister</b>	EB1 Centro Escolar Alcobça	300	Rua de Leiria - 2460-059 Alcobça	840	360	6300	2700
	JI Centro Escolar Alcobça	100	Rua de Leiria - 2460-059 Alcobça	280	120	2100	900
	EB1 Aljubarrota	73	Rua Direita - 2460-601 Aljubarrota	204	88	1530	660
	JI Aljubarrota	23	Rua Direita - 2460-601 Aljubarrota	68	24	510	180
	EB1 Alpedriz	40	Rua da Escola - 2460-242 Alpedriz	112	48	840	360
	JI Alpedriz	20	Rua da Escola - 2460-242 Alpedriz	56	24	420	180
	EB1 Areeiro	34	Rua Principal, 21 - 2460-473 Areeiro	96	40	720	300
	JI Areeiro	22	Rua Principal, 21 - 2460-473 Areeiro	64	24	480	180
	EB1 Ataíja de Cima	50	Rua das Seixeiros - 2460-713 Ataíja de Cima	136	64	1020	480
	JI Ataíja de Cima	50	Rua das Seixeiros - 2460-713 Ataíja de Cima	136	64	1020	480



				LOTE 1			
				Previsão Valor Mensal (30 semanas)		Previsão Valor 30 semanas	
Escolas		Nº máx. alunos	Morada	Leite Simples	Leite S/Lactose	Leite Simples	Leite S/Lactose
	EB1 Bárrio	85	Rua da Igreja Nova, 17 - 2460-302 Bárrio	240	100	1800	750
	EB1 Burinhosa	21	Rua do Clube - 2445-036 Burinhosa	60	24	450	180
	JI Burinhosa	20	Rua Casal das Terras 2445-039 Burinhosa	56	24	420	180
	EB1 Carris	50	Rua da Igreja - 2460-480 Carris de Évora de Alcobça	136	64	1020	480
	JI Carris	50	Rua da Igreja - 2460-480 Carris de Évora de Alcobça	136	64	1020	480
	EB1 Carvalhal	70	Rua Principal - 2460-606 Carvalhal de Aljubarrota	192	88	1440	660
	JI Carvalhal	40	Rua Principal - 2460-606 Carvalhal de Aljubarrota	112	48	840	360
	EB1 Casal Ramos	50	Casal Ramos - 2460-350 Casal Ramos	136	64	1020	480
	JI Casal Ramos	25	Casal Ramos - 2460-350 Casal Ramos	68	32	510	240
	EB1 Évora de Alcobça	50	Rua da Escola - 2460-492 Évora de Alcobça	136	64	1020	480
	JI Évora de Alcobça	25	Rua Dr.ª Mª do Espírito Santo R. de Figueiredo 2460-492 Évora de Alcobça	68	32	510	240
	EB1 Maiorga	78	Rua 25 de Abril nº 69 - 2460-532 Maiorga	216	96	1620	720
	EB1 Martingança	50	Rua do Pinhal do Rei - 2445-726 Martingança	136	64	1020	480
	JI Martingança	25	Rua do Pinhal do Rei - 2445-726 Martingança	68	32	510	240
	EB1 Pataias	160	Avenida da Lagoa - 2445-202 Pataias	448	192	3360	1440
	JI Pataias	50	Avenida da Lagoa - 2445-202 Pataias	136	64	1020	480
	EB1 Póvoa	40	Rua da Sr.ª da Graça nº 5 e 7 - 2460-414 Póvoa	120	40	900	300
	JI Póvoa	30	Rua das Barrias, nº 63 - 2460-396 Póvoa	80	40	600	300
	EB1 Vestiaria	50	Rua da Piedade - 2460-742 Casais Vestiaria	136	64	1020	480
Agrupamento da Benedita	EB1 Centro Escolar Benedita	300	Avenida Padre Inácio Antunes - 2475-110 Benedita	840	360	6300	2700
	JI Centro Escolar Benedita	120	Avenida Padre Inácio Antunes - 2475-110 Benedita	336	144	2520	1080

				LOTE 1			
				Previsão Valor Mensal (30 semanas)		Previsão Valor 30 semanas	
Escolas		Nº máx. alunos	Morada	Leite Simples	Leite S/Lactose	Leite Simples	Leite S/Lactose
	EB1 Ribafria	75	Estrada Principal, Ribafria - 2475-040 Benedita	204	96	1530	720
	JI Ribafria	50	Estrada Principal, Ribafria - 2475-040 Benedita	136	64	1020	480
	EB1 Centro Escolar Turquel	150	Rua Porto da pedra nº 57 2460-342 Turquel	416	184	3120	1380
	JI Centro Escolar Turquel	88	Rua Porto da pedra nº 57 2460-342 Turquel	248	104	1860	780
	EB1 Vimeiro	100	Rua Principal nº 79 - 2460-781 Vimeiro	280	120	2100	900
	JI Vimeiro	40	Rua Principal nº 79 - 2460-781 Vimeiro	112	48	840	360
	JI Gaio	40	Rua Principal 2460-771 Gaio	112	48	840	360
Total		3054		8492	3724	63690	27930

## ANEXO A.2 – Previsão de fornecimento mensal, para LOTE 2 (valores máximos estimados)

				LOTE 2			
				Previsão Valor Mensal (40 semanas)		Previsão Valor 40 semanas	
Escolas		Nº máx. alunos	Morada	Leite Simples	Leite S/Lactose	Leite Simples	Leite S/Lactose
S. Martinho do Porto	JI Alfeizerão	30	Rua João de Deus - 2460-105 Alfeizerão	720	360	3400	1700
	EB1 Alfeizerão	150	Rua João de Deus - 2460-105 Alfeizerão	3744	1656	17680	7820
	JI Centro Escolar da Cela	25	Rua da Cruz 2460-342 Cela	612	288	2890	1360
	EB1 Centro Escolar da Cela	80	Rua da Cruz - 2460-342 Cela	2016	864	9520	4080
	EB1 São Martinho do Porto	125	R. Dr. Rafael Gagliardini Graça - 2460-648 São Martinho do Porto	3132	1368	14790	6460
Agrupamento de cister	EB1 Centro Escolar Alcobça	300	Rua de Leiria - 2460-059 Alcobça	7560	3240	35700	15300
	JI Centro Escolar Alcobça	100	Rua de Leiria - 2460-059 Alcobça	2520	1080	11900	5100
	EB1 Aljubarrota	73	Rua Direita - 2460-601 Aljubarrota	1836	792	8670	3740
	JI Aljubarrota	23	Rua Direita - 2460-601 Aljubarrota	612	216	2890	1020
	EB1 Alpedriz	40	Rua da Escola - 2460-242 Alpedriz	1008	432	4760	2040
	JI Alpedriz	20	Rua da Escola - 2460-242 Alpedriz	504	216	2380	1020
	EB1 Areeiro	34	Rua Principal, 21 - 2460-473 Areeiro	864	360	4080	1700
	JI Areeiro	22	Rua Principal, 21 - 2460-473 Areeiro	576	216	2720	1020
	EB1 Ataíja de Cima	50	Rua das Seixiras - 2460-713 Ataíja de Cima	1224	576	5780	2720

				LOTE 2			
				Previsão Valor Mensal (40 semanas)		Previsão Valor 40 semanas	
Escolas		Nº máx. alunos	Morada	Leite Simples	Leite S/Lactose	Leite Simples	Leite S/Lactose
Agrupamento	JI Ataíja de Cima	50	Rua das Seixeiros - 2460-713 Ataíja de Cima	1224	576	5780	2720
	EB1 Bárrio	85	Rua da Igreja Nova, 17 - 2460-302 Bárrio	2160	900	10200	4250
	EB1 Burinhosa	21	Rua do Clube - 2445-036 Burinhosa	540	216	2550	1020
	JI Burinhosa	20	Rua Casal das Terras 2445-039 Burinhosa	504	216	2380	1020
	EB1 Carris	50	Rua da Igreja - 2460-480 Carris de Évora de Alcobça	1224	576	5780	2720
	JI Carris	50	Rua da Igreja - 2460-480 Carris de Évora de Alcobça	1224	576	5780	2720
	EB1 Carvalhal	70	Rua Principal - 2460-606 Carvalhal de Aljubarrota	1728	792	8160	3740
	JI Carvalhal	40	Rua Principal - 2460-606 Carvalhal de Aljubarrota	1008	432	4760	2040
	EB1 Casal Ramos	50	Casal Ramos - 2460-350 Casal Ramos	1224	576	5780	2720
	JI Casal Ramos	25	Casal Ramos - 2460-350 Casal Ramos	612	288	2890	1360
	EB1 Évora de Alcobça	50	Rua da Escola - 2460-492 Évora de Alcobça	1224	576	5780	2720
	JI Évora de Alcobça	25	Rua Dr.ª Mª do Espírito Santo R. de Figueiredo 2460-492 Évora de Alcobça	612	288	2890	1360
	EB1 Maiorga	78	Rua 25 de Abril nº 69 - 2460-532 Maiorga	1944	864	9180	4080
	EB1 Martingança	50	Rua do Pinhal do Rei - 2445-726 Martingança	1224	576	5780	2720
	JI Martingança	25	Rua do Pinhal do Rei - 2445-726 Martingança	612	288	2890	1360
	EB1 Pataias	160	Avenida da Lagoa - 2445-202 Pataias	4032	1728	19040	8160
	JI Pataias	50	Avenida da Lagoa - 2445-202 Pataias	1224	576	5780	2720
	EB1 Póvoa	40	Rua da Sr.ª da Graça nº 5 e 7 - 2460-414 Póvoa	1080	360	5100	1700
	JI Póvoa	30	Rua das Barrias, nº 63 - 2460-396 Póvoa	720	360	3400	1700
	EB1 Vestiaria	50	Rua da Piedade - 2460-742 Casais Vestiaria	1224	576	5780	2720
Agrupamento	EB1 Centro Escolar Benedita	300	Avenida Padre Inácio Antunes - 2475-110 Benedita	7560	3240	35700	15300

			LOTE 2			
			Previsão Valor Mensal (40 semanas)		Previsão Valor 40 semanas	
Escolas	Nº máx. alunos	Morada	Leite Simples	Leite S/Lactose	Leite Simples	Leite S/Lactose
JI Centro Escolar Benedita	120	Avenida Padre Inácio Antunes - 2475-110 Benedita	3024	1296	14280	6120
EB1 Ribafria	75	Estrada Principal, Ribafria - 2475-040 Benedita	1836	864	8670	4080
JI Ribafria	50	Estrada Principal, Ribafria - 2475-040 Benedita	1224	576	5780	2720
EB1 Centro Escolar Turquel	150	Rua Porto da pedra nº 57 2460-342 Turquel	3744	1656	17680	7820
JI Centro Escolar Turquel	88	Rua Porto da pedra nº 57 2460-342 Turquel	2232	936	10540	4420
EB1 Vimeiro	100	Rua Principal nº 79 - 2460-781 Vimeiro	2520	1080	11900	5100
JI Vimeiro	40	Rua Principal nº 79 - 2460-781 Vimeiro	1008	432	4760	2040
JI Gaio	40	Rua Principal 2460-771 Gaio	1008	432	4760	2040
<b>Total</b>	<b>3080</b>		<b>76428</b>	<b>33516</b>	<b>360910</b>	<b>158270</b>